



A Transposição do Rio São Francisco no jornal Correio da Paraíba: Parcialidade e Desinformação¹

José Glaydson Pereira de Souza²

Resumo

Este artigo é um estudo sobre a “desinformação funcional” na abordagem jornalística do Projeto de Transposição do Rio São Francisco pelo Jornal Correio da Paraíba. O contexto no qual o tema abordado se inseriu é o da polêmica surgida em torno da declaração contrária à realização do projeto emitida pela cantora Elba Ramalho em outubro de 2005. Tal declaração gerou polêmica e mobilizou a Câmara Municipal de Campina Grande e o jornal Correio da Paraíba que, em novembro do mesmo ano, se posicionaram contra a atitude da cantora via nota de repúdio e textos jornalísticos, respectivamente. A partir desse cenário político e midiático de evidente parcialidade, analisamos como as relações de agendamento, o enquadramento e as estratégias discursivas comprometeram a função informativa do jornal.³

Palavras-chave: Desinformação; Agendamento e Enquadramento; Transposição do Rio São Francisco; Correio da Paraíba.

1. Introdução

Não é de hoje que a região Nordeste aparece nos veículos de comunicação como um espaço geográfico subdesenvolvido economicamente. Boa parte dos conteúdos midiáticos traçam uma relação desse subdesenvolvimento com as condições climáticas da região. Em outras palavras, a falta de chuvas geralmente é mostrada na mídia como fator responsável por tal quadro. Quase tão antigo quanto este enquadramento midiático é a principal solução apontada para resolver a seca nordestina: o Projeto de Transposição do Rio São Francisco, que consiste na transferência de águas desse rio para abastecer açudes e pequenos rios no Nordeste. Estados do Brasil como Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, teoricamente, seriam diretamente beneficiados pela

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Email: jglaydson@yahoo.com.br

³ Este artigo é parte do nosso Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Custódio da Silva e defendido em dezembro de 2009.



Transposição. Trata-se de uma proposta idealizada à época de Dom Pedro II, no Brasil Império, mas que desde então esteve envolvida em polêmicas quanto a sua viabilidade (BEZERRA, 2002).

Com a retomada do Projeto de Transposição pelo Governo Lula, o debate sobre o grandioso empreendimento também voltou à agenda jornalística, dividindo opiniões e setores na sociedade. Na Paraíba, a discussão sobre a viabilidade ou não da Transposição tornou-se ainda mais polêmica, quando a cantora paraibana Elba Ramalho, em outubro de 2005, declarou-se contra o projeto, causando repercussão na política e no jornalismo do Estado. Prova disso é que, em novembro do mesmo ano, a Câmara Municipal de Campina Grande aprovou, por unanimidade, uma nota de repúdio à cantora. Em alguns setores da imprensa paraibana, o efeito foi semelhante, pois o jornal Correio da Paraíba, também em defesa do projeto, se posicionou contra a declaração. Elba, por sua vez, temendo represálias, anunciou nunca mais fazer shows na Paraíba.

Nosso objetivo aqui é examinar a desinformação funcional sobre a Transposição. A expressão “desinformação funcional”, usada por Serva (2001), é uma analogia ao conceito de “analfabetismo funcional”. Neste caso, o leitor consegue ler, mas não apreende o que está escrito. Já na desinformação funcional ocasionada pelo jornalismo, o leitor também não consegue formar uma compreensão dos fatos a partir do que está sendo noticiado. Isto ocorre quando o material jornalístico que chega ao público contém lacunas de informação, fontes duvidosas e visão passional dos fatos, dificultando assim, um entendimento aproximado da realidade noticiada. É importante esclarecer, no entanto, que não analisamos neste trabalho, a receptividade do público ao tema, e sim, os produtos jornalísticos que chegam até ele.

Na análise, contextualizamos inicialmente a “relação” Transposição - Elba Ramalho e o seu agendamento na mídia. Nosso foco analítico foi como a polêmica criada em torno dessa relação interferiu na qualidade jornalística das informações sobre a Transposição do Rio São Francisco. Observamos também como esse assunto foi “enquadrado discursivamente”: se promoveu maiores esclarecimentos ou se desinformou. Devido à flagrante parcialidade do Correio neste caso, analisamos ainda em que medida opinião e informação se confundiram. A análise incidiu sobre notícias, colunas, notas e artigos publicados no período que vai desde a nota de repúdio de



novembro de 2005, até a volta de Elba aos palcos paraibanos, no Festival de Inverno de Campina Grande, em julho de 2006.

Do ponto de vista teórico-analítico, tomamos como referencial específico os conceitos de *agenda-setting*, *framing* (enquadramento), de estratégias discursivas, além daqueles que orientam, em tese, a prática jornalística contemporânea: a imparcialidade, a objetividade e a ética.

2. Da agenda ao enquadramento

A imagem que temos da realidade é em grande parte derivada das construções midiáticas. Ao folhearmos um jornal, por exemplo, iremos encontrar, em forma de notícia, diversos assuntos selecionados entre vários. Tais assuntos, por estarem num veículo midiático, adquirem projeção social. Assim, pode-se afirmar que parte de nossa percepção do que é relevante na sociedade passa pelo filtro midiático. Esse filtro se constrói através dos *valores-notícia*, que dizem respeito a critérios como novidade, notoriedade, entre outros, utilizados pelos jornalistas na seleção do que será publicado.

Além desses valores incorporados às rotinas produtivas do jornalismo, existe também a seleção através do *agendamento* ou *agenda-setting*. A idéia básica da *agenda setting* sustenta a existência de uma correlação entre a agenda da mídia e a agenda do público, uma vez que, numa sociedade de massa, a percepção pública dos temas relevantes é construída tendo por base as informações veiculadas pela mídia. De acordo com Traquina (2002, p. 33), o conceito do agendamento foi exposto pela primeira vez em 1972, por McCombs e Shaw, para quem “os mídia podem não dizer às pessoas *como pensar*, mas sim *sobre o que pensar*”. Nesse sentido, a agenda midiática apenas pautava a agenda pública, concepção revista nos anos seguintes.

Traquina (2002) nos mostra, a partir de Molotch e Lester, que o processo de agendamento pode ser compreendido a partir do estudo de duas outras agendas – a pública (*public-agenda-setting*) agenda política governamental (*policy agenda-setting*) – e de suas intrínsecas dinâmicas. Dando seqüência a este enfoque, três instâncias atuantes na organização do trabalho jornalístico são identificadas:



Os consumidores [*news consumers*] de notícia correspondem àqueles membros sujeitos à influência dos mídia que ajudam a constituir a *agenda pública*; os *news assemblers* correspondem àqueles que determinam a *agenda jornalística*; e os *news promoters* são constituídos por aqueles que propõem a agenda da política governamental, mas também por outros agentes especializados e membros do campo político, cada um com a sua *agenda política*. (TRAQUINA, 2002. p. 21)

É através das inter-relações entre essas categorias que se dá o processo de agendamento, ou seja, de decisão sobre o que vai “virar” ou não notícia. A interatividade com estes agentes sociais exerce um papel ativo e de negociação constante.

No que diz respeito ao poder da mídia em dizer como pensar determinado assunto, McCombs e Shaw, num estudo retrospectivo da *agenda*, concluíram, em contraposição a teoria dos efeitos limitados, que os *media* são bem sucedidos ao nos dizer no que pensar e também como pensar (TRAQUINA, 2005). Não estamos afirmando com isso que haja uma relação de dominação do público pela mídia. E que aquele seja desprovido de capacidade crítica. Entretanto, no ato de informar, por exemplo, as mídias intuem um receptor ideal, tentando se aproximar o máximo possível de uma compreensão de seus aspectos psicossociais e de seus interesses para produzir um determinado efeito (CHARAUDEAU, 2006). Dessa forma, ao recortar determinada realidade, os *media* dão um sentido à notícia a partir de escolhas sobre fontes, ângulos e aspectos destacados, características enfatizadas ou omitidas etc.

Para pesquisadores do assunto, é nesse contexto que poderia sobrevir o “*como pensar*”, através dos *framing* ou *enquadramentos* dos fatos pelos *media*:

a idéia de framing ou enquadramento se relaciona aos ângulos de abordagem dados aos assuntos pautados pelos meios de comunicação. No âmbito dos estudos sobre os efeitos da mídia, o termo designa “moldura” de referência construída para os temas e acontecimentos midiáticos que, por sua vez, também é utilizada pela audiência na interpretação desses mesmos eventos. O *frame* seria justamente o quadro a partir do qual um determinado tema é pautado e, conseqüentemente discutido na esfera pública. (GUTMANN, 2006, p. 30)



Conforme Gutmann (2006, p.32), esse conceito foi posto em prática, inicialmente, na década de 70 pelo sociólogo Goffman, estudioso interessado em saber “como os indivíduos compreendem e respondem às situações sociais a partir do modo com que organizam a vida cotidiana”. Outros pesquisadores se interessaram em estudar o *enquadramento*, a exemplo de Robert Entman, para quem o *framing* de notícias define a construção do conteúdo jornalístico, pois:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazer eles mais salientes no texto comunicativo de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral e /ou um tratamento recomendado para o item descrito. (ENTMAN *apud* GUTMANN, 2006, p. 32)

No campo das comunicações, o enquadramento midiático dos fatos pode resultar em coberturas jornalísticas abrangentes, ricas em detalhes, com pontos de vistas plurais, mas também em coberturas lacunosas, tendenciosas e superficiais. Isso porque, segundo Carvalho (2009, p. 5), o enquadramento confere à notícia uma visão peculiar dos fatos narrados, a partir de quadros de referência e da seleção de alguns aspectos em detrimento de outros, que conduzirão a narrativa dos textos para uma determinada visão dentre outras possíveis.

3. Do enquadramento a desinformação

É através de enquadramentos que se configura uma notícia. Concepções de que esta seria um espelho fiel da realidade são confrontadas por diversas teorias, metodologias e pesquisadores no campo da comunicação. Seguindo o pensamento de Gaye Tuchman, Vizeu (2005), por exemplo, compreende que a notícia não espelha a realidade. Para o autor “a notícia ajuda a construí-la como um fenômeno social compartilhado, uma vez que no processo de definir um acontecimento a notícia define e dá forma a este acontecimento” (p. 86). Na mesma linha de raciocínio, Zanchetta Júnior (2004) destaca o caráter seletivo pelo qual a informação passa antes de ser noticiada. O autor diz que “a técnica jornalística contemporânea toma a notícia como a soma de informações sobre um acontecimento que seja considerado, por quem publica,



importante ou interessante para um determinado público” (p. 61). O enquadramento e a configuração da notícia se dão justamente através dessa soma e seleção de informações e do seu tratamento. Segundo Patrick Charaudeau:

O tratamento é a maneira de fazer, o modo pelo qual o sujeito informador decide transpor (e também iconicamente, caso possa recorrer à imagem) os fatos selecionados, em função do alvo predeterminado, com o efeito que escolheu produzir. Neste processo está em jogo a inteligibilidade da informação transmitida, e como não há inteligibilidade em si, esta depende de escolhas discursivas efetuadas pelo sujeito informador. Ora, toda escolha se caracteriza por aquilo que retém ou despreza; a escolha põe em evidência certos fatos deixando outros à sombra. (CHARAUDEAU, 2006, p. 38)

O enquadramento dos fatos, baseado no modelo jornalístico contemporâneo, pode ser precedido por uma série de práticas institucionalizadas relativas a escolhas como: postura ética, objetiva e imparcial, acesso a fontes legítimas e confiáveis, checagem das informações, textos claros, entre outras. Todas essas práticas são referidas em vários manuais de redação e estilo. Elas visam à configuração de um jornalismo informativo, seguro e confiável, ou seja, realmente voltado para o seu papel social. No que diz respeito ao conceito de objetividade, muitos pesquisadores das comunicações e correntes lingüísticas defendem a impossibilidade de se refletir a realidade de maneira objetiva. Entre outros argumentos, os estudiosos acreditam que “não há captura da realidade que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como fragmento do real” (CHARAUDEAU, 2006, p. 131).

De fato, é impossível expor a realidade de forma pura, pois, como dissemos anteriormente, a realidade é construída e a notícia não é o seu espelho. Mesmo diante dessa improbabilidade, a objetividade jornalística é um “dever-ser” da profissão. Grosser (apud BARROS FILHO, 1995, p. 44) afirma que: “A objetividade não existe, mas a vontade de ser objetivo pode ou não existir”. Na prática, tal ação pode se configurar através das notícias que separam opinião de informação (KUNCZIK, 2002, p. 230-231). Não estamos, com isso, desvalorizando o jornalismo opinativo. Não se trata disso. Desde que as opiniões sejam assumidas enquanto tais, sem ludibriar o leitor e em seções específicas existentes na maior parte dos veículos de informação.



No que concerne a idéia de imparcialidade jornalística, Barros Filho (1995, p. 43) nos alerta que, mais do que equilibrar diversas versões e opiniões dos fatos é preciso pensar na “enorme variedade de leitores e no conjunto social, onde há tantos matizes diferentes”.

Os aspectos até aqui destacados são postos em prática somente se forem guiados por princípios éticos. Para Melo (2006, p. 49), por exemplo, a objetividade assume uma dimensão ética “na medida em o jornalista assume o papel de agente social, mediador entre os fatos de interesse público e a cidadania”. Eugênio Bucci, por sua vez, considera que a ética associada à técnica pode resultar em qualidade informativa, e exemplifica:

Dar voz aos dois lados de uma mesma história, quando há dois lados que nela se enfrentam, é uma exigência ética e técnica do jornalismo. Procurar a verdade dos fatos é um imperativo ético – e é, também, o objetivo de toda técnica jornalística. Em nenhum aspecto haverá contradição entre técnica e ética jornalísticas. Aliás, a competência e as habilidades técnicas são requisitos para a realização da ética. (BUCCI, 2008, p. 50)

Dessa forma, um enquadramento destituído de princípios éticos em suas técnicas jornalísticas não tem condições de levar informações confiáveis e de qualidade a seu público. Ao contrário, o que pode surgir é um jornalismo superficial, panfletário, sensacionalista e conseqüentemente desinformante. A abordagem da polêmica sobre a Transposição do São Francisco relacionada à declaração de Elba Ramalho, feita pelo Correio da Paraíba, insere-se nessa concepção de desinformação, mais precisamente no conceito definido por Leão Serva:

A desinformação funcional, então, corresponde a um fenômeno definido pelo fato de que as pessoas consomem informações através de um ou mais meios de comunicação, mas não conseguem compor com tais informações uma compreensão do mundo ou dos fatos narrados nas notícias que consumiram. (SERVA, 2001, p. 71)

Outro autor que problematiza a desinformação é Marcondes Filho (2000, p.113), para quem “os jornalistas dão sua contribuição à desinformação quando se usam de termos indevidos, tendenciosamente minimizadores dos problemas ou exageradores de sua periculosidade”. Quando isto ocorre, significa que a instância midiática, ao invés de



tentar se aproximar da realidade dos fatos, os julgou e deu o seu “veredicto”, ampliando ou diminuindo a sua importância e, principalmente, se distanciou da recomendada regra da objetividade.

O autor prossegue dissertando sobre a desinformação, e indica outro aspecto presente em produtos jornalísticos. Trata-se do *generalismo* que acontece “quando o aparelho informacional demonstra sua precariedade fazendo afirmações totalizantes (todas as mulheres do mundo, todos os telespectadores concordam...)” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 114). Estes tipos de afirmações sugerem certo descuido na apuração, busca por um percentual ou, até mesmo, tentativa de manipulação.

4. A transposição do São Francisco no Correio da Paraíba: *corpus* e análise

4.1 O jornal Correio da Paraíba

A escolha deste veículo midiático se deve ao fato de o Correio da Paraíba ser um dos principais jornais de maior circulação no Estado e, principalmente, por que numa análise preliminar, constatamos que o jornal assumiu uma postura parcial em relação à transposição do rio São Francisco.

O *corpus* da pesquisa, coletado no acervo de periódicos da Biblioteca Municipal de Campina Grande/PB entre os meses de julho e agosto de 2008, corresponde a 7 notícias, 2 artigos e 1 coluna de opinião, publicados no Correio da Paraíba abordando a Transposição do rio São Francisco relacionada à declaração de Elba Ramalho.

O período das publicações vai de 03 de novembro de 2005 a 12 de julho de 2006. Este recorte é delimitado pela publicação da nota de repúdio dos vereadores e a volta de Elba aos palcos paraibanos, nas respectivas datas mencionadas. Como se sabe, devido à repercussão de sua declaração na imprensa, a cantora, por medo de sofrer represálias, afirmou, em fevereiro de 2005 que não mais se apresentaria na Paraíba. No entanto, em julho de 2006, voltou atrás em sua decisão e se apresentou no Festival de Inverno em Campina Grande, marcando assim o fim da polêmica. Este retorno significou o que muitos chamaram de “as pazes” entre Elba e a Paraíba. Para nós significou o encerramento da relação Transposição-Elba Ramalho, pois foi essa relação de envolvimento que nos chamou a atenção para a atuação da mídia neste contexto,



surgindo assim, o interesse de se pesquisar em que medida a opinião da cantora se confundiu à temática da transposição e se esse quadro influenciou os conteúdos jornalísticos no que diz respeito à função informativa. Neste artigo, por limitações de espaço, analisaremos, do conjunto do material coletado, apenas 2 notícias e 1 artigo de opinião.

4.2 A transposição do rio São Francisco: informação ou opinião?

Em primeiro lugar, vamos entender as relações de agendamento que propiciaram o surgimento da polêmica investigada.

A discussão que vinculou a transposição a Elba Ramalho teve início com uma pequena nota publicada na coluna do jornalista Ancelmo Góis, do jornal O Globo, reproduzida abaixo:

O Velho Chico

Na festa de aniversário da Fundação OndAzul, terça, Elba Ramalho fez uma ode contra a transposição do São Francisco.

- Esqueçam o Rio São Francisco! Deixem a Natureza em paz - protestou, sob aplausos. (O Globo, 27/10/05)

No dia 03/11/05, a Câmara de Vereadores de Campina Grande, PB, aprovou um voto de repúdio⁴ à declaração da cantora. Vejamos um fragmento do texto aprovado:

Nascida sertaneja, em esturricado solo árido de Conceição do Piauí-PB, obrigada a acudir-se em retirada para as brisas de Campina Grande, cidade que a educou e acolheu junto aos demais familiares e a tem como filha querida e hoje ilustre, a atriz e cantora Elba Ramalho acaba de dar uma infeliz demonstração de repulsa ao seu próprio berço ao posicionar-se, na Bahia, contra o sonhado e ansiado projeto de transposição das águas do rio São Francisco[...] (grifo nosso)

⁴ Para ver o voto de repúdio na íntegra, acessar o portal da Câmara Municipal de Campina Grande, PB: http://www.camaracg.com.br/busca/veread_marcomarinho.html



Em fevereiro de 2006, é possível constatar no Correio da Paraíba, um movimento de resistência à presença de Elba Ramalho num tradicional bloco carnavalesco de João Pessoa:

Comitê pede que Governo não pague cachê a Elba Ramalho

O Comitê Estadual de Defesa do Projeto de Transposição do Rio São Francisco encaminhou, ontem ofício ao governador Cássio Cunha Lima (PSDB), solicitando a suspensão imediata de qualquer pagamento à cantora Elba Ramalho, por intermédio dos diretores dos blocos carnavalesco Muriçocas do Miramar, na capital. Motivo: a cantora, *que é paraibana do município de Conceição, na seca região do Vale do Piancó, se posicionou contra a transposição do rio São Francisco [...]* (Correio da Paraíba, Caderno de Política, 15/02/06, grifos nossos)

Como podemos perceber nos três fragmentos destacados, houve uma aproximação das agendas midiática e política (*policy agenda-setting*), às quais Molotch, Lester e Traquina (2001) se referem. A aproximação se configura a partir da publicação da nota na coluna do jornal O Globo. Depois desta publicação, a Câmara de Municipal de Campina Grande divulgou em seu site uma nota de repúdio ao posicionamento da cantora. Esse é um indício de que a mídia pautou a política. Entretanto, quase que num movimento de retorno, através do voto de repúdio, a política pautou o jornal Correio da Paraíba. E, neste caso, não só como tema jornalístico a ser destacado, mas também direcionando o ângulo da abordagem. Os trechos do voto de repúdio e da notícia referida destacam a origem sertaneja da cantora e enfatizam sua posição contrária à transposição. Esse fato demonstra a influência da agenda política sobre a midiática.

Em outro recorte da notícia em apreciação, podemos observar a repercussão da declaração da cantora e o enquadramento do jornal, que revela sua parcialidade justificando o movimento contra Elba:

No geral, as manifestações são no sentido de que, *ao se posicionar contra um interesse do Estado, a cantora Elba Ramalho não deveria ter shows financiados pelas verbas do Governo*, já que os recursos são frutos de impostos *do povo que defende a transposição de águas do São Francisco [...]* (grifos nossos)

Este discurso é apresentado ao leitor como uma explicação justa para que a cantora não seja remunerada com verbas estaduais. Podemos perceber, também, neste



recorte, *recursos discursivos totalizantes e excludentes*, como é possível verificar na afirmativa de que: “os recursos são frutos de impostos do povo que defende a transposição de águas do São Francisco”. Totalizantes, porque assume a “voz do povo” (“povo que defende a transposição”). Excludentes, porque não considera a existência de vozes divergentes na sociedade e que também fazem parte “do povo”.

Em outro momento da mesma notícia, o jornal Correio da Paraíba exalta, com orgulho, a sua participação na “campanha punitiva” à cantora Elba Ramalho:

Foi através do Sistema CORREIO e do programa CORREIO Debate, apresentado por Ruy Dantas, Josival Pereira e Gutemberg Cardoso, na 98,3 FM, a iniciativa de realizar uma ampla mobilização estadual no sentido de evitar que o Governo pague a apresentação de Elba Ramalho na semana pré-carnavalesca. (grifos nossos)

O recorte acima se refere às ações do Sistema Correio e cita o programa de rádio “Correio Debate” como exemplo. Ao relatar tais ações no jornal impresso, o Sistema Correio também estendeu sua campanha de mobilização para esta outra mídia e o seu público. No trecho, podemos observar também que o jornal assume claramente sua parcialidade. Iniciar uma campanha punitiva contra Elba, por ela ter declarado ser contra a Transposição do rio São Francisco, confirma isso. O que se pode perceber assim, é que o Sistema Correio se apresenta como “instância” legítima para julgar. Ao mobilizar a população para evitar que o Governo pagasse pela apresentação de Elba, pressupõe-se que, para o Correio, a cantora cometeu um crime, foi julgada e deve ser punida.

Já na notícia a seguir, o tema da Transposição se confunde com a declaração da cantora:

Transposição volta a ser polêmica na Assembléia

A polêmica envolvendo a posição da cantora Elba Ramalho contra a transposição do rio São Francisco, chegou ontem ao plenário da Assembléia Legislativa que realizou sessão igualmente polêmica. Os deputados governistas Ricardo Barbosa e João Fernandes apresentaram voto de desagravo à cantora, por considerarem que ela esta sendo vítima de agressões e de cerceamento da liberdade de expressão. (Caderno Política, 23/02/06)



Este parágrafo resume a idéia principal da notícia: o debate em torno da aprovação ou não de um voto de desagravo a cantora. Entretanto, o título da notícia “Transposição volta a ser polêmica na Assembléia” é um equívoco, pois sugere que os deputados irão discutir o projeto em si e suas implicações sociais. Ou seja, a polêmica debatida, neste caso, não é a transposição e sim sua relação com a declaração da cantora. Essa característica mostra que naquele momento Elba e transposição pertenciam ao mesmo universo semântico na notícia. O recorte a seguir da mesma notícia, reforça esta visão:

A discussão do requerimento perdurou por mais de duas horas e não houve votação. O requerimento pode voltar à ordem do dia na sessão de hoje. Pela oposição, os deputados Gervásio Filho (líder do PMDB), Tróccoli Júnior e Olenka Maranhão (também peemedebistas) *saíram em defesa da transposição*. (grifo nosso)

A sentença “saíram em defesa da transposição” está fora de contexto no debate, pois o que estava sendo discutido era a aprovação ou não de um requerimento de desagravo. Entretanto, segundo a matéria, os deputados saíram em defesa da transposição e não do requerimento em questão. Isso evidencia que, naquele momento, Elba e transposição se confundem no texto jornalístico, assim como informação e opinião. Os fragmentos analisados, na seqüência, são de um artigo de opinião. Eles apontam para uma aproximação com os enquadramentos feitos nas notícias até aqui consideradas. Vejamos, inicialmente, os seguintes fragmentos:

Elba, seu canto e fala

Elba Ramalho desceu das colinas do Vale do Piancó, caminhou com as águas até o litoral. Encantou o Brasil com sua voz maviosa, com a expressão corporal que junta ao seu cantar. A revelação sonora que deslumbrou este país já se ouvia na terra natal, quando Elba, criança, cantava e eu, ali, habitava.

[...]

Cantava até nas secas, quando o sertão se abrasa. Num ano de tamanha estiagem, em Conceição do Piancó, o prefeito mandou sugar o resto das lamacentas águas – mais lama que água – que o povo tentava beber, mais para adoecer do que para se saciar. (F. Pereira Nóbrega. Seção Opinião, 24/02/06)



O enquadramento discursivo nos trechos acima revela um diálogo entre os gêneros informativo e opinativo. Assim como na notícia “Comitê pede que Governo não pague cachê a Elba Ramalho”, já analisada, os recortes do texto de Nóbrega também remetem à origem sertaneja da cantora (Elba Ramalho desceu das colinas do Vale do Piancó).

O diálogo prossegue ressaltando as experiências de períodos de seca pelas quais a cantora teria passado. Com isso o articulista pretende demonstrar uma postura incoerente de Elba, tendo em vista a origem sertaneja dela e sua posição contrária à transposição do São Francisco. Os trechos tentam, portanto, induzir o leitor a uma conclusão: alguém que conhece de perto o problema da seca não pode declarar-se contra qualquer perspectiva de solução. É como se existisse uma relação lógica entre ser sertanejo e ser a favor da transposição.

Pereira Nóbrega vai “desenhando” o seu ponto de vista a partir de lembranças, de uma vivência passada comum, no mesmo espaço temporal que Elba. A lembrança das águas lamacentas, do prefeito mandando sugá-las e do povo tentando beber a água, mesmo correndo o risco de adoecer, exerce uma função discursiva dramática no texto e apaga qualquer forma de questionamento sobre a viabilidade e efetividade da Transposição do rio São Francisco.

A seguir, Nóbrega faz uso de trocadilhos com os verbos cantar e falar, insinuando que Elba deveria optar apenas por um desses verbos: “Aves cantam. Só o homem fala. O ser humano se define menos pelo que entoa, mais por seu falar. Elba canta melhor do que fala. Desafinou quando se opôs à transposição das águas”. Para o autor, Elba – talvez por ser uma pessoa pública, mas principalmente por pensar diferente – deveria calar-se enquanto cidadã, não opinar sobre questões sociais e deixar em evidência apenas a Elba cantora. Ironicamente, neste caso, o articulista utiliza um espaço que lhe garante o livre direito de opinar sobre o que quiser, para propor a outra pessoa que se cale, como se esse direito pertencesse somente a alguns.

5. Considerações finais

O debate sobre a Transposição do São Francisco já é um tema por si só controverso. Sempre despertou a fé e desconfiança simultaneamente. A fé na democratização da água e sua extensão aos lugares mais secos da região Nordeste. E



inúmeras desconfianças: da efetividade do projeto, dos impactos sociais, ambientais, dos interesses políticos envolvidos, etc. O fato é que a maioria da população brasileira pouco sabe a respeito da Transposição e acompanha o seu debate mais na base “da torcida” – contra ou favor – do que em informações consistentes e bem fundamentadas. Em geral, a mídia informativa – que poderia contribuir para o esclarecimento dos cidadãos – se limita, na construção dos seus textos, a fontes políticas, diminuindo assim os ângulos de abordagem possíveis que poderiam ser realizadas.

A análise do enquadramento discursivo nos textos publicados pelo jornal Correio da Paraíba permite afirmar que houve desinformação funcional sobre a Transposição. Essa desinformação foi ocasionada por uma série de características relativas à cobertura do caso: a abordagem do assunto a partir de um só ângulo – a transposição apresentada como solução para a seca do Nordeste –, sem permitir espaço para dúvidas ou questionamentos; a não recorrência a fontes especializadas sobre a Transposição; polarização do tema (ser contra ou a favor) no lugar de informação. Além disso, pudemos evidenciar a semelhança de enquadramentos entre os gêneros informativo e opinativo.

Cabe realçar também que o jornal foi parcial e antiético no caso da polêmica com a cantora Elba Ramalho, não respeitando o princípio da liberdade de expressão. Não é papel da imprensa perseguir pessoas que discordem de sua linha editorial. Sua função é dar espaço também a essas e outras vozes para que o público consiga ter uma noção bilateral, multilateral dos fatos.

Ainda que o Correio tenha direcionado seu conteúdo para uma parcialidade em relação à Transposição, o jornal não fundamenta consistentemente sua visão (com fontes especializadas). No entanto, para legitimar sua posição, o Correio da Paraíba se apóia na opinião que ele mesmo tenta formar nas notícias e no artigo: a de que todo paraibano é a favor da Transposição do São Francisco.

Referências

BARROS FILHO, Clóvis de; LOZANO BARTOLOZI, Pedro. **Ética na Comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

BEZERRA, Evandro. **O rio São Francisco: a polêmica da transposição: depoimentos**. Fortaleza: Seri&A Gráfica, 2002.



BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CARVALHO, Carlos Alberto de. O enquadramento como conceito desafiador a compreensão do jornalismo. **XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, Rio de Janeiro, RJ, maio/2009. 13 p. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0206-1.pdf>. Consulta em 25/08/2009

GUTMANN, Juliana Freire. Quadros narrativos pautados pela mídia: *framing* com segundo nível do agenda *setting*? **Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura**, vol. 3, n. 1, jun./2006, p. 25-50. Disponível em: http://www.contemporanea.poscom.ufba.br/v4n1_pdf_jun06/gutmann-quadros-v4n1.pdf. Consulta em 05/06/2009.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**: norte e sul: manual de comunicação. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MARCONDES FILHOS, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MELO, José Marques de. **Teoria do Jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

PATRICK, Charaudeau. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2002.

PEREIRA JUNIOR, A.E.V. A. Telejornalismo: o conhecimento do cotidiano. **Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC), Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 83-107, 2005. Disponível em: <http://posjor.ufsc.br/public/docs/181.pdf>. Consulta em: 23/ 07/2009

SERVA, Leão R. P. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional, Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

ZANQUECHETTA JÚNIOR, Juvenal. **Imprensa escrita e telejornal**. São Paulo: UNESP, 2004.